

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: O “NORTE GOIANO” E O DISCURSO FUNDADOR TOCANTINENSE NO SÉCULO XX

TERRITORY AND IDENTITY: THE "NORTH OF GOIÁS" AND ADDRESS FOUNDER TOCANTINENSE THE TWENTIETH CENTURY

Jean Carlos Rodrigues¹

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar a interface entre território e identidade abordando a problemática em torno da emancipação político-administrativa do “norte goiano” no século XX com vistas à criação do Estado do Tocantins. Ao longo do texto, entretanto, procuro revelar as fragilidades de um discurso fundador tocantinense em torno da noção de “norte goiano” por considerá-la pouco significada e discutida por seus interlocutores, construindo a falsa impressão de que se trata da mesma configuração regional (material e simbólica) desde meados do século XIX, época dos primeiros movimentos autonomistas do norte da Província de Goyaz.

Palavras-chave: Estado do Tocantins; norte goiano; identidade territorial

Abstract: This paper aims to demonstrate the interface between territory and identity addressing the issues around the political-administrative emancipation of the "North of Goiás" in the twentieth century aiming to the State of Tocantins creation. Throughout the text, however, we try to reveal the weaknesses of a tocantins-ish speech founder around the notion of "North of Goiás" by considering it little signified and discussed by its interlocutors, building the false impression that it is the same locale (material and symbolic) from the mid-nineteenth century, time the first autonomist movements of northern Goyaz Province.

Keywords: State of Tocantins; north of Goiás; territorial identity

Introdução

Percebo um grande interesse nos estudos e debates em torno da identidade, sobretudo no questionamento muito comum e muito presente nos diálogos cotidianos sobre a existência de uma *identidade tocantinense*. O que pouco visualizo nessas intenções é a delimitação do tipo de identidade abordada e, principalmente, da identificação dos portadores de tal(is) identidade(s). Coloco estas indagações porque entendo que há *tipos* e *tipos* de identidades que podem se referir a um vasto campo de portadores deste conjunto de representações e

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território (PPGCULT) do Campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: jeancarlos@uft.edu.br.

significados existenciais. Ou seja, falamos muito de *identidade*, mas quase nunca de *identificação* e *identificados*.

Bauman (2005, p. 30), afirma que “quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso”. Hall (2015, p. 24) também diz algo a esse respeito: para o autor “(...) em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”.

Não há nada mais genérico do que falar em *identidade tocantinense*. Sem a clareza do que chamamos de *tocantinense* tampouco do apontamento *de que tocantinense* estamos falando (coisas, sujeitos ou representações), o debate em torno deste conceito se torna vago haja vista que o que podemos apontar para *um certo tocantinense* pode não se revelar oportuno para *outro certo tocantinense*. Afinal, qual critério (ou critérios) se aplica a esta tipificação? Se tomarmos identidade como uma produção social, a evidente pluralidade destas produções sociais de referências e de pertencimentos subsidiam diferentes noções de identidades e, portanto, a impossibilidade de abordá-la como algo totalizante *que sirva para todos (ou tudo)*.

Existe um forte elo de ligação entre a identidade e o território. Pode ser que, ao referir-se a identidade tocantinense, tenha-se em mente uma noção de identidade que esteja, de certa forma, atrelada ao território tocantinense, tomando este enquanto um espaço delimitado por fronteiras munido de autonomia política-administrativa adquirida a partir da emancipação do “norte goiano” em fins da década de 1980. De fato, ela pode mesmo estar atrelada a esse entendimento, uma vez que as práticas existenciais não estão desvinculadas de dimensão espacial como instância da vida social, tampouco do território enquanto uso, poder, domínio e controle sobre esse espaço.

Se este for o caso, é preciso destacar que o território tocantinense foi produzido historicamente e que muitos dos povos tradicionais hoje pertencentes a essa unidade da federação já interagiam com ele antes mesmo de tal emancipação política-administrativa, como diversas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. E para não ficar apenas nas comunidades tradicionais, muitos municípios “tocantinenses” são, de fato, “goianos” e foram desmembrados para dar origem a novos municípios a partir de 1989 (RODRIGUES;

SANTOS, 2015). Nesse quadro, a tese de Hall (2009) de que as *fronteiras culturais* transgridem as *fronteiras políticas* é oportuna.

O que pretendo dizer com isso é que: (i) a identidade territorial tocantinense é mais antiga que a emancipação política-territorial que deu origem ao Estado do Tocantins em 1988; (ii) falar de identidade territorial tocantinense é reconhecer as heranças goianas cujas rugosidades e memórias habitam paisagens e imaginários em território tocantinense; (iii) é relevante considerar que a apropriação simbólica de patrimônios goianos foram re-significados a fim de produzir uma memória coletiva tocantinense e legitimar fatos políticos concernentes ao processo emancipatório já mencionado.

Embora haja a produção de uma identidade tocantinense institucional, fomentada sobretudo por atores políticos específicos após a criação do Estado do Tocantins como forma de produção de referências simbólicas de pertencimento à nova unidade da federação criada em 1988, ainda assim esta ação se torna frágil pelo modo como foi elaborada e vem sendo reproduzida. A começar pelo discurso fundador do novo estado que constrói uma narrativa linear dos movimentos autonomistas fazendo crer que o projeto de emancipação nasceu no século XIX e se consolidou em fins da década de 80 do século XX: a descontextualização histórico-geográfica desta linha interpretativa é flagrante fazendo crer que falamos do mesmo “norte goiano” desde 1821. Nada mais equivocado!

Em uma unidade da federação tal qual o Estado do Tocantins: (i) constituído por contextos históricos e geográficos complexos; (ii) caracterizado pela existência de povos tradicionais distintos; (iii) marcado pela presença das rugosidades goianas em diversos municípios; (iv) beneficiado por um intenso movimento migratório, sobretudo a partir da década de 1990; (v) alicerçado por tradições inventadas como instrumentos de legitimação política/cultural; (vi) organizado em diversos níveis de urbanização; (vii) territorializado por uma rede de infraestrutura de transportes promovidos pelos governos Federal (Rodovia Belém-Brasília) e Estadual (TOs) que integraram diversas regiões do estado; torna-se um desafio falar em *identidade tocantinense*, quando o mais apropriado seria *identidades tocantinenses*², cada qual no seu contexto.

² Para Morin (2011, p. 68), melhor seria *poli-identidade*. Para este autor, o cultivo da poli-identidade “(...) permite integrar a identidade familiar, a identidade regional, a identidade étnica, a identidade nacional, a identidade religiosa ou filosófica, a identidade continental e a identidade terrena” (MORIN, 2011, p. 68). Essa identidade mestiça, para o autor, coloca-se contra a homogeneização e o fechamento que o debate sobre identidade (no singular) pode impor ao contexto.

Meu interesse neste artigo é o de demonstrar a interface entre território e identidade abordando a problemática em torno da emancipação política-administrativa do “norte goiano” no século XX. Ao longo do texto, entretanto, procuro revelar as fragilidades de um discurso fundador tocantinense em torno da noção de “norte goiano” por considera-la pouco significada e discutida por seus interlocutores, construindo a falsa impressão de que se trata da mesma dimensão territorial (material e simbólica) desde meados do século XIX, época dos primeiros movimentos autonomistas do norte da Província de Goyaz. Concordando com Haesbaert (2004, p. 78) “é imprescindível (...) que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando”.

1. Identidade e Território no “Norte Goiano”

Nos últimos anos, ampliou-se na Geografia o interesse pelos estudos e debates acerca da categoria território sob diversas matrizes, das quais destacamos dois grandes conjuntos: econômica-materialista, e cultural-simbólica, tangenciados pela noção de poder. Para Saquet e Gagliotto (2009, p. 42), “(...) desde o início dos anos de 1980 substantivam-se algumas leituras do espaço incorporando-se o conceito de território, compreendido, especialmente, a partir de relações de poder”.

A partir da década de 1990, complexificam-se as abordagens territoriais nas análises geográficas ampliando, de certa forma, as temáticas estudadas. Para Saquet e Gagliotto (2009, p. 42), “há estudos eminentemente econômicos e/ou políticos, mas efetivam-se discussões e pesquisas que dão centralidade para processos simbólicos-culturais”. Esta tendência instrumentaliza os geógrafos a explorarem a relação entre (i) território e cultura, assim como a interface entre (ii) território e identidade sobre diversas problemáticas analisadas em diferentes contextos.

A partir destas premissas, Saquet e Gagliotto (2009, p. 43) trabalham com a compreensão de que “(...) o território é um produto social efetivado por relações sociais, que são econômicas, políticas e culturais”. Essa noção, admitida como ponto de partida, me permite dar os primeiros passos em torno da problemática da noção “norte goiano” ser tomada como um discurso fundador tocantinense com vistas a produção de sentidos e pertencas territoriais à nova unidade da federação.

Se para Saquet (2008, p. 49) a “materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s)”, temos aqui um caso exemplar. Considero que (i) a representação simbólica (imaterialidade) produzida em torno da noção de “norte goiano” presente no discurso fundador tocantinense foi elaborado como forma de legitimar o projeto emancipacionista e exercer a apropriação e o domínio simbólico do território.

Associado a isso, (ii) a representação cartográfica atribuía sentido de materialidade ao novo território, agora com a onomástica “Tocantins”, cujos limites estavam definidos e constituíam a área territorializada para o concreto domínio dos atores políticos interessados na questão. Para Raffestin (2011, p. 128) “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”. A conjugação materialidade/imaterialidade estava posta.

Saquet (2008, p. 48) apresenta três consensos sobre a constituição de um território, a saber: (i) as redes de circulação e comunicação; (ii) as relações de poder que implicam dominação e subordinação; (iii) as formações de identidades locais/enraizamento/ligação/lugar. Por ora, cabe demonstrarmos em poucas linhas como estes três consensos apontados pelo autor se materializaram/imaterializaram no caso tocantinense, sobretudo pós-1988, mas também com evidências no movimento autonomista da década de 1950.

No primeiro caso, (i) *as redes de circulação e comunicação*, os argumentos que alimentavam o projeto emancipacionista, tanto da década de 1950 quanto de 1980, giravam em torno do abandono do “norte goiano” com relação à administração do Estado, justamente por não viabilizar a construção de uma rede de infraestrutura em estradas e rodovias, pois esta ausência dificultava o acesso entre os municípios, e destes para a capital do estado, Goiânia.

Esta escassez foi, inclusive, noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 06/jul/1956, ao publicar que “o grande território do norte de Goiás é ainda hoje região quase inexplorada. A falta de transportes restringe as atividades da população ao mínimo indispensável para a própria subsistência (...)” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 06/jul/1956, capa). Em outra reportagem, ao apontar as dificuldades do governo do novo estado, a notícia mencionava que “o grande problema será o dos transportes e comunicações (...) a construção de redes de transportes nos Municípios que compreenderiam o Estado do Tocantins exigiria elevadas quantias” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/jul/1956, capa).

No segundo caso, *(ii) as relações de poder que implicam dominação e subordinação*, se materializou após a criação do Estado do Tocantins, em 1989, mas começou um ano antes, na primeira eleição para governador do novo estado, realizada em 1988. Uma das formas de demonstramos essa relação esta nos dados eleitorais para governador do estado, que revelam a manutenção de grupos políticos no controle do poder executivo estadual. O Estado do Tocantins está em seu 13º governador, desde que foi criado, considerando os eleitos diretamente e indiretamente.

Os governadores que mais ocuparam o cargo de chefe do executivo estadual foram José Wilson Siqueira Campos (Siqueira Campos), por 04 (quatro) mandatos (eleito em 1988, 1994, 1998 e 2010) e Marcelo de Carvalho Miranda (Marcelo Miranda) por 03 (três) mandatos (eleito em 2002, 2006 e 2014) sendo que um deles foi interrompido em seu segundo ano por força da cassação de seu diploma pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 25/06/2009, que provocou a primeira eleição indireta para governador, realizada na Assembleia Legislativa do estado do Tocantins, em 08 de outubro de 2009.

A demonstração do controle político do Estado do Tocantins entre Siqueira Campos e Marcelo Miranda (que, inclusive, já foram aliados em outras circunstâncias quando Siqueira Campos o apoiou como candidato a governador no pleito de 2002) evidencia uma dominação política sobre esta unidade da federação quase monopolizada entre estes dois atores políticos regionais. De acordo com Rodrigues, Santos e Alves (2014, p. 138), “a figura pessoal de Siqueira Campos, (...) extrapola o campo político e alcança proporções simbólicas significativas, presentes no imaginário popular. Siqueira Campos é tido como o “criador” do estado do Tocantins (...)”.

No terceiro caso, *(iii) as formações de identidades locais/enraizamento/ligação/lugar*, se manifestaram, sobretudo, nos discursos autonomistas da década de 1950 e 1980, conforme será demonstrado nas próximas linhas. O que cabe apontar aqui é o processo de ressignificação de patrimônios goianos em tocantinenses, sobretudo após 1988, como forma de produzir uma identidade social à nova unidade da federação atrelada a fatos históricos regionais. Assim, grande parte do que se considera patrimônio cultural tocantinense foi herança herdada dos tempos de Goiás.

Natividade é um exemplo disso: embora tida como cidade-histórica e patrimônio cultural tocantinense, a mesma foi tombada como patrimônio histórico nacional em território goiano em 1987 e sua existência na vida política, econômica e cultural do “norte goiano”

remonta ao século XIX, estando associada às disputas políticas em torno da formação da Comarca do Norte da Província de Goyaz, em 1809.

Além de Natividade, como lugar-central no movimento autonomista da Província de Goyaz do século XIX, cabe mencionar também o caso da cidade de Porto Nacional. Segundo Rodrigues e Santos (2015, p. 23), “embora tenha sido tombada como patrimônio histórico tocantinense pelo IPHAN em 2008 (...), toda a arquitetura e sentido histórico remonta a períodos muito antes disso, quando ainda era um importante entreposto comercial, político e cultural do ‘Norte de Goiás’”, tanto no século XIX quanto no século XX, sobretudo em meados deste último quando a cidade assume o protagonismo do movimento autonomista da década de 1950.

Evidente que a produção da *identidade tocantinense* não se restringe apenas a essas duas situações: elas são apenas exemplos de como se mobiliza toda uma rede de ressignificação de elementos já presentes no território, mas atrelados a outras circunstâncias e contextos tanto históricos como geográficos, para legitimar um sentido de pertencimento regional a partir de discursos fundadores. Para Saquet (2008, p. 49), é importante que no estudo do território se considere

o **processo histórico** centrado na periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais mudanças territoriais; [e] os **tempos coexistentes** (tempos *lento* e *rápido*) e a articulação de escalas de análise, no processo de apropriação e produção do espaço geográfico, com suas devidas adaptações/contextualizações.

Nesse sentido, *o território é ele próprio disputado* entre atores políticos e suas distintas representações como forma de domínio e apropriação do espaço; ele insere-se no conflito não como *plateia* que assiste atônita os acontecimentos, mas como *protagonista* nesse campo de forças e nesse jogo de representações que se qualificam como um mecanismo eficiente no processo de legitimação dos interesses dos grupos. Nas palavras de Saquet (2008, p. 50), “o território é resultado de estratégias de influência e controle de pessoas, fenômenos, relações”, e acrescento: de representações.

Nesta perspectiva, (i) não se trata apenas de fragmentar o território físico goiano para criar o estado tocantinense; (ii) não se trata apenas de delimitar uma nova fronteira na cartografia goiana; (iii) trata-se também de produzir uma representação simbólica que demonstrasse que esse território, agora fragmentado, sempre fora, na verdade, tocantinense.

Isto pode ser melhor elucidado em duas situações: (i) uma na década de 1950, e (ii) outra na década de 1980.

O “Norte Goiano” da década de 1950

Reportagens da década de 1950 publicadas, principalmente, pelo jornal *O Estado de São Paulo* revelam intencionalidades materiais e simbólicas no processo de apropriação do espaço norte goiano. No primeiro caso, o jornal noticia em 19/jun/1956 uma reunião agendada para 01/jul em Porto Nacional com diversas lideranças regionais cujo “um dos pontos centrais da reunião será o desmembramento da zona compreendida entre os paralelos 13 a 5, no Setentrião, e sua constituição no Estado de Tocantins” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19/jun/1956, capa).

Como o processo de ruptura física do território em debate veio acompanhada de outra simbólica. O mesmo jornal, desta vez em 29/jun/1956, noticiou o que podemos exemplificar como a ruptura simbólica do território goiano ao destacar um incidente ocorrido na Igreja de Porto Nacional, a qual amanheceu pichada com a expressão “fora com os goianos. O norte para os nortistas”. De acordo com a reportagem, “o assunto, como bem se pode deduzir, já ameaça a apaixonar a opinião pública, até a exacerbação de ânimos, podendo, redundar em fatos mais graves” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/jun/1956, p. 05).

Além disso, podemos mencionar outro exemplo de ruptura simbólica do território goiano na intenção de produzir uma identidade territorial aliada ao projeto emancipacionista. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, matéria publicada em 06/jul/1956 revelava que “o Estado do Tocantins, antes de existir legalmente – afirmam os promotores do movimento, que de fato o estado já existe – tem sua bandeira. Possui ela treze listas horizontais, sete verdes e seis brancas, e uma diagonal vermelha, onde se lê ‘Velo’” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 06/jul/1956, capa).

A razão do “Velo” talvez esteja relacionada à expectativa da emancipação do norte goiano. Conforme o jornal *O Estado de São Paulo* de 08/jul/1956, uma das propagandas para divulgar o movimento emancipacionista consistia em repetir que “ ‘o Estado do Tocantins não para, o Estado do Tocantins não dorme, o Estado do Tocantins vela’ ” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/jul/1956, p. 06). Além desta, outras manifestações simbólicas também foram produzidas e tinham por “(...) objetivo, segundo declaram os elementos mais ligados a

campanha, inculzir no povo a ideia de formação do Estado do Tocantins, que já consideram existir de fato, se não político-administrativamente” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/jul/1956, p, 06).

Estas ocorrências estão relacionadas como movimento autonomista regional da década de 1950. Do ponto de vista historiográfico, Cavalcante (2003) identifica na década de 1950 (sobretudo nos anos de 1956 a 1960) um importante momento político do projeto emancipacionista do norte goiano com relação ao Estado de Goiás, cujas falas de emancipação surgem e concentram-se em Porto Nacional, a cidade mais importante da região na época (RODRIGUES, 2012) em um contexto político, tanto nacional quanto regional, distintos daquele do século XIX. No período de 1956-1960, Cavalcante (2003) menciona que o projeto de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior foi uma das razões que fundamentaram tal movimento.

Segundo Cavalcante (2003, p. 203-204), isso se tornava possível pelo fato de o momento político nacional da segunda metade do século XX ter sido marcado pelos projetos de expansão e integração do território nacional, inclusive com o projeto de interiorização do Distrito Federal e da capital da República. A construção da Rodovia Belém-Brasília é um exemplo destes projetos, a qual impacta diretamente o território norte goiano com reflexos na atividade econômica, no transporte, no desenvolvimento dos municípios em torno da rodovia e na comunicação em toda região, com prejuízo àquelas localidades que dependiam do transporte fluvial pelos rios Araguaia e Tocantins.

Entretanto, em 1957, o jornal O Estado de São Paulo anuncia o arrefecimento do projeto de criação do Estado do Tocantins. Segundo reportagem, “arrefeceu completamente a campanha pela criação do Estado do Tocantins (...) [os] habitantes do norte de Goiás agora voltam suas vistas para Brasília, situada em sua região e cuja realidade se torna cada vez mais palpável com as recentes promoções do Governo Federal” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 08/set/1957, p. 07).

O “Norte Goiano” da década de 1980

Na década de 1980, o movimento autonomista é outro. A cidade de Porto Nacional deixa de ser o epicentro dos debates em decorrência de novos atores políticos envolvidos no processo, os quais ocupam espaços estratégicos para a discussão, como a Assembleia

Nacional Constituinte de 1987-1988. Além disso, do ponto de vista administrativo, o Estado de Goiás nesse período já havia criado/emancipado diversos municípios na região norte do estado, fragmentando territórios e comunidades cujo aumento populacional se deu com intenso movimento migratório, sobretudo com origem no Estado do Maranhão.

A Assembléia Nacional Constituinte – ANC – que tinha por objetivo elaborar uma nova constituição para o país, era a oportunidade política que o movimento autonomista de 1980 enxergava propício para a emancipação do “norte goiano”, haja vista que as decisões tomadas pelo Plenário do Congresso Nacional eram soberanas em relação ao Palácio do Planalto. Além disso, caso a ANC aprovasse a criação do estado em plenário, estava afastado o risco de vetos presidenciais ao projeto, como o que ocorreu com dois projetos que criavam o Estado do Tocantins, vetados por José Sarney, na década de 1980.

Esses projetos vetados referem-se a um de autoria do Deputado Federal Siqueira Campos, de 22 de novembro de 1984, sob número PLC 218/1984, e outro do Senador Benedito Ferreira, de 28 de junho de 1985, sob número PLS 201/1985. Ambos foram aprovados pelo plenário das duas casas legislativas, mas foram vetados pelo Presidente José Sarney de acordo com as mensagens MSG 22/1985 e MSG 41/1986, respectivamente, sob alegação de falta de recursos da União para custear as despesas da criação de uma nova unidade administrativa da federação.

Além desses movimentos suscitarem dúvidas sobre o que referenciamos como “norte goiano”, eles também levantaram um questionamento acerca de si próprios e colocaram em questionamento um entendimento pouco embasado de que o movimento autonomista teve início em 1821 com as primeiras reinvenções separatistas e término em 1988 com o desmembramento territorial goiano de fato. Cavalcante (2003, p. 202) já havia dado este alerta quando escreveu que

esclarece-se, no entanto, que identificar no Governo Independencista do Norte de 1821 a primeira elaboração do discurso autonomista da região não significa que os momentos subsequentes possam ser enumerados dentro de uma linearidade histórica de segundo e terceiros períodos de construção desse discurso

Esse argumento, que aparece nas falas de protagonistas do movimento emancipatório da década de 1980, tem como propósito um esforço de construir uma narrativa capaz de inventar uma tradição regional e construir um fato histórico definitivo, dando legitimidade ao processo e construindo mitos políticos capazes de se inscrever na história definitiva da região. De

acordo com Hobsbawn e Ranger (2012), a invenção de tradições é sintomático. Para os autores,

naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos (...) sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (...) ou pela invenção (...) (HOBSBAWN; RANGER, 2012, p. 14).

Nesse sentido, o “norte goiano” de fins da década de 1980 (i) já não era mais aquele que reivindicava uma justa cobrança de impostos na captação de ouro e se tornou cobiçado pelas políticas de domínio territorial da primeira metade do século XIX; (ii) tampouco era aquele cuja emancipação se justificava pelos projetos de interiorização e construção da nova capital da república em meados do século XX e cuja emancipação o governo goiano era contrário; (iii) em fins 1980, o “norte goiano” se constituía como um território composto de 78 municípios, possuía pouco mais de 730 mil habitantes, havia movimentos políticos organizados em torno da proposta de emancipação, como a CONORTE, e contava com apoio do governo goiano para tal desmembramento territorial.

Ou seja, dadas as circunstâncias, os contextos e as intencionalidades, é necessário, no discurso da identidade tocantinense, localizar no tempo e no espaço as referências que constituem a noção de “norte goiano” para não enveredar pela concepção de que sempre se trata da mesma coisa quando o assunto é “norte goiano”. Pois, conforme Kosik (2002, p. 17), “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e filosofia seriam inúteis”.

2. A Problemática da Identidade Tocantinense: para não concluir

Ainda há muito a ser discutido sobre a identidade, sobretudo a tocantinense. Ela pode ser abordada por pesquisadores de diversas áreas com as mais variadas problemáticas. Quanto mais colocarmos este tema em dúvida, quanto maior serão os elementos para somarmos a diversos argumentos. Quando ouço falar em identidade tocantinense, percebo uma forte conotação de tratá-la como uma questão de pertencimento regional. E pode-se pensar neste pertencimento tanto como *dimensão simbólica* quanto *dimensão material*: a noção de pertencimento parece-me capaz de agregar estas duas dimensões, embora seja necessário considerar que mesmo ele não é *para toda a vida*. Segundo Bauman (2005, p. 57),

tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.

É necessário deixar claro, entretanto, que território não é apenas chão/solo/superfície. A noção de pertencimento territorial deve, portanto, estar para além dessa tríade. Ou seja, pertencer extrapola o sentido de estar, materialmente, no chão/solo/superfície. Há que se pensar nas relações, nos movimentos, nas diversidades, nas representações quando se trata de pertencimento territorial. Eric Dardel nos ensinou que “a geografia não implica somente no reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de *irrealização*, sobre a própria realidade” (DARDEL, 2011, p. 05).

Ao problematizar a identidade, destaco que ela possui consigo uma face de subjetividade bastante forte e isto implica em afirmar que cada um carrega consigo suas referências territoriais e tudo o que isso implica em valorações simbólicas, existenciais, que dizem respeito a cada um. Para Dardel (2011, p. 81), a geografia, como experiência afetiva, “(...) torna-se uma expressão do homem (...).

Parece-me que existe uma preocupação em se definir que tipos de bens e significados culturais são capazes de constituir uma referência tocantinense na literatura (*existe uma literatura ou autores tocantinenses?*), na culinária (*chambari é um prato tocantinense?*), no patrimônio (*Natividade é uma cidade histórica tocantinense?*) e até na fauna/flora (*pequi é um fruto tocantinense?*) voltada para um sentido de dizer “isso é daqui e aquilo não é daqui”.

Mas essa trilha é insegura, repleta de terrenos arenosos, principalmente por sabermos que há 28 anos o que chamamos de Tocantins era Goiás e as marcas goianas estão espalhadas por todos os lugares e não há uma previsão de nos desfazermos delas tão cedo (se é que isso é necessário) pois seria negar o passado goiano e, portanto, negar a própria identidade. Ou seja, alerta para que esta busca insistente do que é essencial na identidade tocantinense não se torne um *crime de identidade*.

Ora, essa fronteira simbólica estabelecida entre *o que é* e *o que não é* daqui ou acolá soa como uma afirmação de apego, como demonstrei na primeira parte deste texto com as propagandas criadas na Campanha Pró-Tocantins da década de 1950 quando faixas e cartazes diziam “fora com os goianos. O Norte para os nortistas” (O ESTADO DE SÃO PAULO,

29/jun/1956, p. 5). Se isso não levantar uma suspeição de repulsa, passa muito perto disso. Por trás dessa frase de impacto, esconde-se um sentimento de pertencer a algum lugar cujo *outro, o estranho*, invadiu e ocupou.

Considero que o lugar interfere nas concepções e representações de mundo que as pessoas produzem sobre si mesmos e sobre seu pertencimento regional. O lugar, enquanto espaço das diferenciações sociais em vários aspectos, produz um conjunto de valores que influenciam nas concepções dos sujeitos acerca do entendimento e visão de mundo que cada um produz acerca do espaço circundante e ocupado.

Mas isso não autoriza a produção de um discurso identitário pautado sobre o sentido de exclusão do *que é* e do *que não é* como se estivéssemos separando o joio do trigo: num mundo cada vez mais complexo, no qual a difusão de coisas, ideias e objetos acelerou-se acentuadamente a partir de uma revolução técnica-científica-informacional, torna-se arriscado construir *guetos* culturais com classificações ainda mais perigosas do que *pertence* e do que *não pertence* a determinada identidade e a determinado território em face da difusão acelerada dos significados e significantes que a cada dia nos confronta com novas possibilidades e descobertas surpreendentes.

Mais do que *ser daqui* ou *ser de lá*, somos cidadãos do mundo no qual distintas espacialidades se integram e colaboram com a formação da existência de cada um em vários sentidos: acadêmicos, políticos, culturais, religiosos, financeiros, etc. A vida não seria suportável se não fossem essas conexões de espaços que colaboram com nossa existência. Tomando esse quadro como referência, nos constituímos mais como uma *conexão de lugares*.

Por outro lado, viver em um lugar sem um mísero de elementos que permitam diferenciar o que é regional e o que é global também é complexo, haja vista que *identidades dissolventes*, que se diluem e se desmancham no ar, na terra e na rede virtual, também não torna possível sustentar nenhuma comunidade. O desafio está em viver e conviver nessa dualidade entre o global e o local, de modo que não permitamos que o global se imponha de maneira agressiva apagando as referências que nos constituem enquanto indivíduos; e nem que o local se feche em *guetos* e levante barricadas não permitindo acesso àquilo que vem sendo elaborado globalmente que pode, inclusive, colaborar com nosso *ser-no-mundo*. E dessa dualidade não vamos escapar, ela está posta e é necessário aprender com ela, inclusive no Tocantins.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 2011.
- RODRIGUES, Jean Carlos. “O Tocantinense não é Goiano”: a identidade regional e a criação do Estado do Tocantins. *Espaço & Geografia*, v, 15, n. 2, p. 475-490, 2012.
- RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson Francisco Barros dos. A Geografia Política do Estado do Tocantins: análise da criação/emancipação de municípios tocantinenses. *Geographia Opportune Tempore*, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan/jul 2015.
- RODRIGUES, Jean Carlos; SANTOS, Robson Francisco Barros dos; ALVES, Cassio Fonseca. A Geografia Eleitoral do Estado do Tocantins: análise das eleições para governador de 1988 a 2010. *GeoTextos*, v. 10, n. 2, p. 119-142, dez. 2014.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Claudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda (orgs). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 47-60.

SAQUET, Marcos Aurélio; GAGLIOTTO, Ana Rúbia. Abordagens das dimensões sociais do território. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CRUZ, Beatriz Nates. (orgs). *Território e Cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia: UFG, 2009, p. 42-54.

Recebido em 10 set. 2016.

Aceito em 24 out. 2016.